



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Vladimir Morcillo da Costa

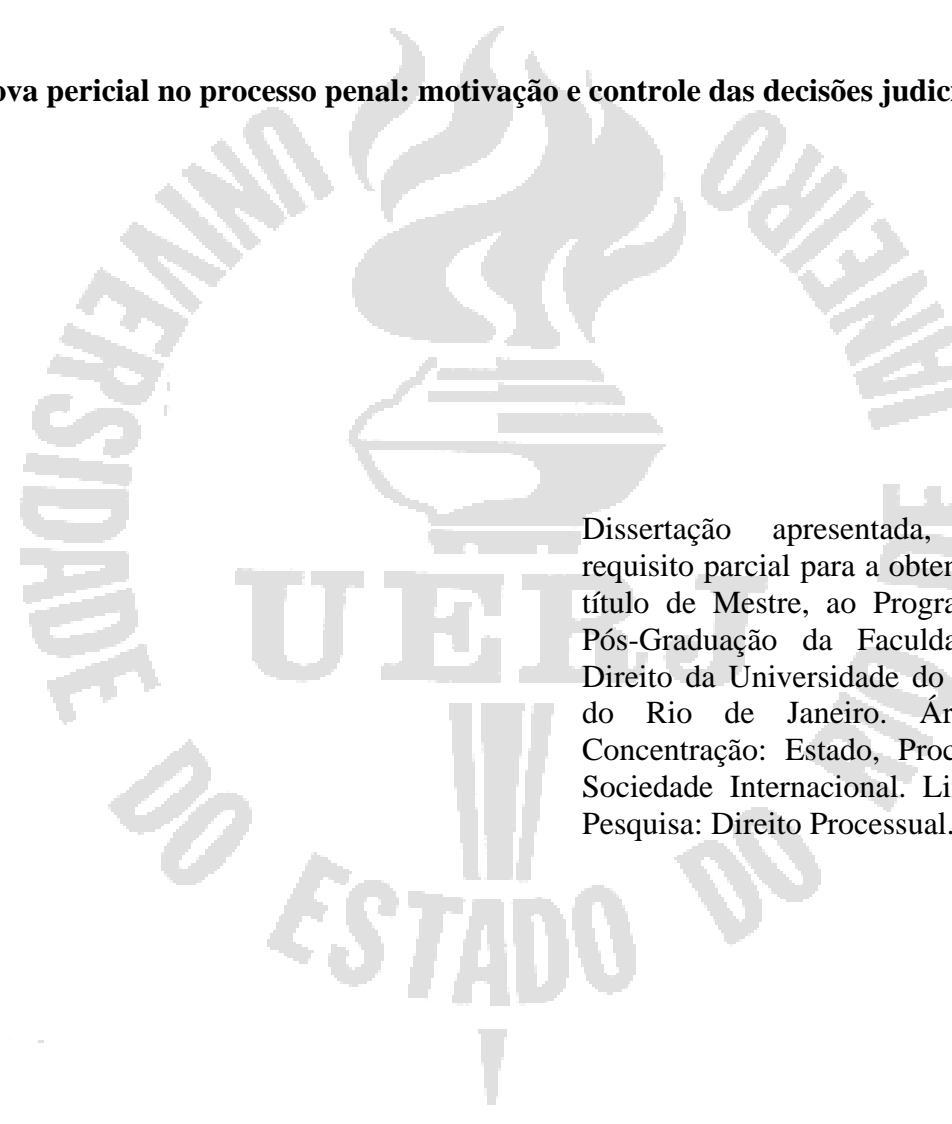
**Prova pericial no processo penal: motivação e controle das decisões
judiciais**

Rio de Janeiro

2010

Vladimir Morcillo da Costa

Prova pericial no processo penal: motivação e controle das decisões judiciais



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estado, Processo e Sociedade Internacional. Linha de Pesquisa: Direito Processual.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Mirza Maduro

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

C823p Costa, Vladimir Morcillo da.
Prova pericial no processo penal / Vladimir Morcillo da Costa. - 2010.
163 f.

Orientador: Flávio Mirza Maduro.

Dissertação (mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Direito.

1. Prova pericial - Teses. 2. Prova (Direito) - Teses. 3. Processo penal –
Teses. I. Maduro, Flávio Mirza. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 321

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Vladimir Morcillo da Costa

Prova pericial no processo penal: motivação e controle das decisões judiciais

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estado, Processo e Sociedade Internacional. Linha de Pesquisa: Direito Processual.

Aprovado em 31 de agosto de 2010.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Flávio Mirza Maduro (orientador)

Faculdade de Direito da UERJ

Prof. Dr. Humberto Dalla de Bernardino Pinha

Faculdade de Direito da UERJ

Prof. Dr. Cléber Franciso Alves

Faculdade de Direito da UFF

Rio de Janeiro

2010

RESUMO

COSTA, Vladimir Morcillo da. *Prova Pericial no Processo Penal: motivação e controle das decisões judiciais*. 2010. 162 f. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Tendo como premissas a conformação constitucional do Estado de Direito e das garantias processuais, este estudo pretende ser uma contribuição à discussão acerca da utilização da prova pericial, sua admissibilidade, valoração controle, no sistema processual brasileiro. O Estado Democrático de Direito impõe aos seus agentes a motivação, não somente das decisões judiciais, mas de todos os atos que tenham cunho decisório, e imponham alguma restrição, por menor que seja, à liberdade do indivíduo. Por sua vez, o contraditório, expressão do princípio político da participação democrática, afirma a necessidade de possibilitar a participação do indivíduo na formação de uma decisão que afete sua esfera de interesses. A orientação do processo como instrumento a serviço da realização da justiça, e da construção de decisões justas, pressupõe o correto acertamento da verdade fática. Isto impõe que seja adotada uma concepção do fenômeno probatório que a compreenda como um instrumento demonstrativo e epistemológico. Nessa perspectiva, a utilização da prova pericial, especialmente aquelas que se revestem de cunho científico, se mostra um eficaz meio da obtenção da verdade no processo, desde que, tais provas sejam relevantes e confiáveis, demonstrando a necessidade de seu controle.

Palavras-chave: Estado Democrático de Direito. Contraditório. Garantismo Processual. Motivação das decisões. Prova. Verdade. Prova Pericial. Controlabilidade. Caso Daubert.

ABSTRACT

Taking as premises the conformation of the constitutional rule of law and procedural safeguards, this study is a contribution to the discussion about the use of expert evidence, its admissibility, and valuation control, at the Brazilian procedural system. The Democratic State imposes on its agents the motivation, not only of judgments, but of all the acts that have decision-making matrix, and impose some restrictions, however small, in the freedom of the individual. In turn, the contradictory, expression of political principle of democratic participation, says the need to enable participation of the individual in forming a decision that affects their area of interest. The orientation of the process as a tool in the service of achieving justice, and the construction of fair decisions, presupposes a correct assertion of factual truth. This requires that adopted a conception of the phenomenon that the evidence as a tool to understand and epistemological statement. From this perspective, the use of expert testimony, especially those which are of a scientific nature, proves an effective means of obtaining the truth in the process, provided that such evidence is relevant and reliable, demonstrating the need for its control.

Keywords: Rule of Law. Due process. Contradictory. Procedural safeguard. Motivation of decisions. Proof. Truth. Expert testimony. Controllability. Daubert Case.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	8
1	A MOTIVAÇÃO COMO GARANTIA.....	11
1.1	O Estado Democrático de Direito.....	11
1.2	Contraditório.....	17
1.3	Garantismo Processual.....	25
1.4	Conteúdo e efetividade da garantia de motivação das decisões judiciais.....	28
1.4.1	<i>Fundamentos da garantia.....</i>	32
1.4.2	<i>Conteúdo da garantia.....</i>	40
2	O DIREITO À PROVA.....	44
2.1	A centralidade dos juízos de fato.....	44
2.2	Verdade e processo.....	47
2.2.1	<i>A (im)possibilidade teórica e ideológica.....</i>	53
2.2.2	<i>A (im)possibilidade prática.....</i>	57
2.2.3	<i>A (ir)relevância da verdade.....</i>	57
2.3	Finalidades da prova.....	60
2.3.1	<i>A prova como fenômeno retórico-persuasivo.....</i>	61
2.3.2	<i>A crítica à concepção retórico-persuasiva.....</i>	63
2.3.3	<i>A prova como fenômeno demonstrativo.....</i>	65
2.4	O Conceito de Prova.....	68
2.5	É livre o livre convencimento?.....	72
2.5.1	<i>Sistemas de avaliação das provas.....</i>	72
2.5.2	<i>Limites e conteúdo do livre convencimento.....</i>	75
2.6	O Direito à Prova.....	81
3	PROVA PERICIAL.....	86
3.1	Função e sentido da prova pericial.....	86
3.2	Prova científica e prova estatística.....	90
3.3	A não vinculação do juiz a perícia.....	93
3.3.1	<i>A questão do DNA.....</i>	96
3.4	A necessidade de controle da prova pericial.....	100
3.5	Observações sobre a jurisprudência da Suprema Corte Norte-Americana..	103
3.5.1	<i>Frye v. United States.....</i>	103
3.5.2	<i>William Daubert v. Merrell Dow Pharmaceuticals.....</i>	104
3.5.3	<i>General Electric Company v. Robert K. Joiner.....</i>	107

3.5.4	<i>Kumho Tire Company v. Patrick Carmichael</i>	110
3.5.5	<i>Breves conclusões</i>	112
4	O CONTROLE DA PROVA PERICIAL	114
4.1	Considerações introdutórias	114
4.2	A indicação dos peritos	115
4.3	A necessidade de precisa delimitação do objeto da perícia	118
4.4	A participação das partes na produção da prova pericial	121
4.5	O controle do conhecimento técnico-científico	125
4.6	A questão do Tribunal do Júri	127
4.7	Controle na valoração da prova pericial	128
5	CONCLUSÃO	131
	BIBLIOGRAFIA	141